



LEI MUNICIPAL Nº 688 de 26 de Dezembro de 2019.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA  
DO MUNICÍPIO DE ANADIA PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANADIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**

**DO CONTEÚDO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Artº. 1º** Esta lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do Município de Anadia, para o exercício financeiro de 2020, nos termos das disposições constitucionais, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativos e Executivos, seus órgãos, entidade e fundos da administração direta e indireta.

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

**CAPÍTULO II**

**DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I**

**DO CONTEÚDO DA LEI ORÇAMENTÁRIA  
DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

**Art. 2º** A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é no valor de **R\$ 68.560.639,75** (sessenta e oito milhões, quinhentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativos e Executivos, seus órgãos, entidade e fundos da administração direta e indireta.

Avenida Moreira Lima, 13 – Centro – Anadia – Alagoas – CEP: 57.660-000

C.N.P.J.: 12.227.351/0001-19

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.



ESTADO DE ALAGOAS  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA  
 GABINETE DO PREFEITO  
 PROCURADORIA JURÍDICA

Avenida Moreira Lima, 13 - Centro - Anadia - Alagoas - CEP: 57.660-000  
 C.N.P.J.: 12.227.351/0001-19



**Art. 3º** A receita será realizada mediante arrecadação de tributos municipais, de transferências constitucionais e legais e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, observando os seguintes desdobramentos:

DESDOBRAMENTO	VALOR (R\$)
<b>1 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>52.909.029,04</b>
1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.104.652,74
1.2 - Receita Patrimonial	409.185,86
1.3 - Transferências Correntes	49.395.190,44
<b>2 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>19.983.212,50</b>
2.1 - Transferências de Capital	19.983.212,50
<b>3 - DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>	<b>4.331.601,79</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>68.560.639,75</b>

**Art. 4º** A Receita será realizada com base na arrecadação direta das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e de outras rendas na forma da legislação em vigor, de acordo com os códigos, denominações e detalhamentos da Receita Pública, instituídos pelas Portarias do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova o Manual de Procedimentos da Receita Pública.

**Art. 5º** A Despesa total é fixada no mesmo valor de receita, em **R\$ 68.560.639,75** (sessenta e oito milhões, quinhentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos), desdobrada nos seguintes orçamentos:

1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.104.652,74
1.2 - Receita Patrimonial	409.185,86
1.3 - Transferências Correntes	49.395.190,44
<b>2 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>19.983.212,50</b>
2.1 - Transferências de Capital	19.983.212,50

**Seção II**

**DA FIXAÇÃO DA DESPESA**

**Art. 5º** A Despesa total é fixada no mesmo valor de receita, em **R\$ 68.560.639,75** (sessenta e oito milhões, quinhentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos), desdobrada nos seguintes orçamentos:

I - Orçamento fiscal:	R\$ 51.143.537,03
II - Orçamento da Seguridade Social:	R\$ 17.417.102,72



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA  
GABINETE DO PREFEITO  
PROCURADORIA JURÍDICA

Avenida Moreira Lima, 13 – Centro – Anadia – Alagoas – CEP: 57.660-000

C.N.P.J.: 12.227.351/0001-19



**Art. 6º** A Despesa fixada à conta dos recursos previstos neste capítulo observado Programação anexa a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

DESDOBRAMENTO	VALOR (R\$)
<b>1 – PODER LEGISLATIVO</b>	
0001 - CAMARA MUNICIPAL DE ANADIA	1.754.306,31
<b>2 – PODER EXECUTIVO</b>	
0002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	8.565.029,22
0003 - FUNDO DE MANUT. E DES. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB	14.244.879,95
0004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.947.711,10
0005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	12.268.409,08
0006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.125.860,90
0007 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS	1.075.121,64
0008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS	4.643.043,92
0009 - SECRETARIA MUN. DE AGRIC. COM. SERV. DESENV. SOCIO EC	1.754.546,79
0010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.454.901,58
0011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	1.172.597,37
0012 - PROCURADORIA E DEFESA PUBLICA	86.707,20
0013 - SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO, SERV. URB. E OBRAS PUBLICA	13.337.942,09
0014 - GABINETE DO PREFEITO	1.086.994,62
0015 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL – CONISUL	42.587,98
<b>TOTAL</b>	<b>68.560.639,75</b>

**Seção III**

**DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

**Art. 7º** Observadas às determinações previstas no artigo 40 e seus parágrafos, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e nos termos do art. 167 da Constituição Federal, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

- I. Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, até o limite do total apurado, individualizado por fonte de recursos;
- II. Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação efetivamente realizado;
- III. Abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do §1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

Avenida Moreira Lima, 13 – Centro – Anadia – Alagoas – CEP: 57.660-000

C.N.P.J.: 12.227.351/0001-19

Art. 7º Observadas às determinações previstas no artigo 40 e seus parágrafos, da Lei nº

4.320 de 17 de março de 1964, e nos termos do art. 167 da Constituição Federal, fica o Chefe



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

Avenida Moreira Lima, 13 - Centro - Anadia - Alagoas - CEP: 57.660-000  
C.N.P.J.: 12.227.351/0001-19



- IV. Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações, até o limite de 30% (trinta por cento) do total dos orçamentos aprovados por esta Lei, para reajustar os custos de atividades e projetos integrantes dos seus Orçamentos, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei;
- V. Proceder transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite estabelecido no inciso anterior.
- VI. Realocar saldos dentro da mesma categoria de programação, criando, quando necessários novos elementos de despesas.

**Art. 8º** O Poder Legislativo fica autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total do orçamento aprovado por esta Lei, ficando para suplementação, recursos oriundos de anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, inclusive realizar transposições, remanejamentos e transferências de dotações, dentro de sua respectiva unidade orçamentária.

**Seção IV**

- V. Proceder **DA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO** recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite estabelecido no inciso anterior.
- Art. 9º** Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I. Realizar Operações de Crédito por Antecipação de Receita até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Total estimada, oferecendo como garantia Cota-Parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- II. Contratar Operações de Crédito, podendo oferecer como garantia receitas previstas nesta Lei observadas às disposições do Banco Central do Brasil e do Senado Federal.

**CAPÍTULO III**

Avenida Moreira Lima, 13 - Centro - Anadia - Alagoas - CEP: 57.660-000  
C.N.P.J.: 12.227.351/0001-19



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA  
GABINETE DO PREFEITO  
PROCURADORIA JURÍDICA

Avenida Moreira Lima, 13 - Centro - Anadia - Alagoas - CEP: 57.660-000



DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

**Art. 10º** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao Orçamento do Município, os recursos transferidos pela União, Estado e outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, decorrentes de acordos, convênios, contratos e outras modalidades de transferências voluntárias e seus respectivos saldos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 11** Determina que os valores constantes na Lei Orçamentária Anual – exercício 2020 devem ser tomados como referenciais e interpretados como resultado de instrumento de planejamento, comprometidos com os programas e ações elencados, em perfeita harmonia com a programação das despesas expressas na Lei Orçamentária vigente e seus créditos adicionais.

**Art. 12** Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a implantar e executar um sistema de informação, controle e avaliação, destinado a monitorar o desempenho das metas físicas e financeiras da Lei Orçamentária Anual, com sazonalidade quadrimestral, preconizando o controle social.

**Art. 13** Havendo o comprometimento do cumprimento das metas de resultado primário e nominal, por uma insuficiente realização de receita, o Poder Executivo promoverá redução nas suas despesas, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar N° 101, de 04 de maio de 2000, fixando por atos próprios, limitações ao empenhamento da despesa e movimentação, incidindo, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas, pela ordem mencionada:

- I. Despesas com serviços de consultoria;
- II. Despesas com contratação de mão-de-obra, por locação ou regime contratual em direito admitida;
- III. Despesas com diárias e passagens aéreas;
- IV. Transferências voluntárias a instituições privadas; e
- V. Despesas a título de ajuda de custo.

§1º Na hipótese de recuperação da receita realizada, a recomposição do nível de empenhamento das dotações a que se refere o caput deste artigo, será feita de forma proporcional às limitações efetivadas;

§2º Objetivando dar suporte ao que preconiza o caput deste artigo, o alcance das metas fiscais deverá ser monitorado bimestralmente, conjuntamente pelos Poderes Executivo e Legislativo.



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA  
GABINETE DO PREFEITO  
PROCURADORIA JURÍDICA

Avenida Moreira Lima, 13 - Centro - Anadia - Alagoas - CEP: 57.660-000  
C.N.P.J.: 12.227.351/0001-19



**Art. 14** Até trinta dias após a publicação desta Lei o Poder Executivo deverá fixar a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, em conformidade com o art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 e ao Art. 47 da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Parágrafo Único** Os compromissos que gerarem obrigatoriedade de pagamento só deverão ser assumidos se houver recursos orçamentários e financeiros que assegurem o pagamento correspondente ao exercício de acordo com a Programação Financeira de Desembolso.

**Art. 15** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anadia - Alagoas, em 26 de dezembro de 2019.

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA  
GABINETE DO PREFEITO  
PROCURADORIA JURÍDICA

**Art. 14** Até trinta dias após a publicação desta Lei o Poder Executivo deverá fixar a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, em conformidade com o art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 e ao Art. 47 da Lei Federal nº 4.320/1964.

*José Celino Ribeiro de Lima*  
Prefeito

**Parágrafo Único** Os compromissos que gerarem obrigatoriedade de pagamento só deverão ser assumidos se houver recursos orçamentários e financeiros que assegurem o pagamento correspondente ao exercício de acordo com a Programação Financeira de Desembolso.

**Art. 15** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anadia - Alagoas, em 26 de dezembro de 2019.

*José Celino Ribeiro de Lima*  
Prefeito